

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.260.023 - SC (2018/0054035-7)

RELATOR : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**
AGRAVANTE : ZORAIDE RIBEIRO BITTENCOURT
AGRAVANTE : ROGÉRIO BITTENCOURT
ADVOGADO : MARNIO RODRIGO RUBICK - SC008690
AGRAVADO : CLEITON ROSSA
ADVOGADO : MORGANA BERTOLDI E OUTRO(S) - SC028858
AGRAVADO : BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS
ADVOGADOS : JAIME OLIVEIRA PENTEADO E OUTRO(S) - SC017282A
MILTON LUIZ CLEVE KUSTER - SP281612
LUCIANO ANGHINONI - SC029920A
FRANCIS ALMEIDA VESSONI E OUTRO(S) - SC028308A
SOC. de ADV. : VANZIN E PENTEADO ADVOGADOS

DECISÃO

Trata-se de agravo de decisão que inadmitiu recurso especial fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por ZORAIDE RIBEIRO BITTENCOURT E OUTRO contra v. acórdão do Eg. Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina, assim ementado:

"APELAÇÕES CÍVEIS. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO INDENIZATÓRIA. DANOS MATERIAIS E MORAIS. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DENÚNCIAÇÃO DA LIDE. PARCIAL PROCEDÊNCIA DA PRINCIPAL E PROCEDÊNCIA DA SECUNDÁRIA.

RECURSO DO RÉU. (1) ADMISSIBILIDADE. DEDUÇÃO DO DPVAT E INDENIZAÇÃO COM BASE NA TABELA FIPE. ACOLHIMENTO NA ORIGEM. INTERESSE. AUSÊNCIA. NÃO CONHECIMENTO.

- A decisão vergastada determinou a indenização da motocicleta com base na tabela FIPE, bem como a dedução da quantia recebida a título de seguro DPVAT do montante condenatório por danos morais, tal qual pretende a irresignação. Logo, evidenciada a ausência de interesse recursal a obstar o conhecimento do recurso sobre os temas.

INSURGÊNCIA COMUM. (2) MÉRITO. COLISÃO. INVASÃO DE PREFERENCIAL. INTERCEPTAÇÃO DA TRAJETÓRIA. PROVA DOCUMENTAL E TESTEMUNHAL. CULPA EXCLUSIVA BEM RECONHECIDA.

- Exsurge a culpa exclusiva do motorista réu que, sem as devidas cautelas, invade a via preferencial da vítima, interceptando seu trajeto e dando causa ao acidente.

RECURSO DA SEGURADORA. (3) SEGURADORA.

CONDENAÇÃO DIRETA E SOLIDÁRIA. LIMITAÇÃO: VALORES DA APÓLICE. SÚMULA 537, STJ. PRETENSÃO DIVERSA AFASTADA.

- A seguradora, em ação ajuizada também em face do segurado, pode ser condenada direta e solidariamente por medida de economia e celeridade processuais, o que encontra limite, por certo, nos valores veiculados na apólice.

(4) COBERTURAS. DESCRIÇÃO INDIVIDUALIZADA. DANOS CORPORAIS E DANOS MORAIS. INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL. CONSIDERAÇÃO EM CONJUNTO. ACERTO.

- Havendo previsão para cobertura por danos morais em quantia muito inferior aos danos corporais, há interpretar a relação securitária de modo mais favorável ao consumidor aderente, respondendo a seguradora pelos danos morais até o limite contratado da soma das rubricas danos corporais e morais.

(5) PREJUÍZOS MATERIAIS. ENQUADRAMENTO. ACERTO.

- Comprovados os prejuízos materiais advindos do acidente de trânsito, consubstanciados nas despesas com o funeral, perda total da motocicleta, serviço de guincho e decréscimo no rendimento familiar com o falecimento da vítima, correto o enquadramento na cobertura específica para danos materiais prevista na apólice.

(6) JUROS DE MORA. CONTRATO. CITAÇÃO. DECISÃO CORRETA.

- Incidem juros de mora sobre as importâncias descritas na apólice, a partir da citação, pois há relação contratual entre seguradora e segurado. Precedentes.

INSURGÊNCIA COMUM. (7) PENSÃO MENSAL. MORTE DO FILHO. DEPENDÊNCIA FINANCEIRA DOS PAIS. COMPROVAÇÃO. CONSECUTÓRIOS LEGAIS. DESEMBOLSO DE CADA PARCELA. TAXA SELIC. REFORMATIO IN PEJUS. PAGAMENTO EM COTA ÚNICA. IMPOSSIBILIDADE.

- Não há dúvida quanto à dependência financeira dos pais perante a vítima falecida, se a prova oral, soberba, não deixa dúvidas sobre.

- A pensão por morte fixada em favor dos pais é devida a partir do falecimento da vítima, à razão de 2/3 do salário - mínimo ou dos seus ganhos, com redução, e não supressão, para 1/3 quando viesse a completar 25 anos. Precedentes.

- "Quanto aos valores atrasados da pensão vitalícia, haverá a incidência da Taxa Selic - que compreende juros moratórios e correção monetária - a partir do vencimento de cada parcela." (TJSC, AC n. 2009.013029-0, rel. Des. Francisco Oliveira Neto, j. em 5.7.2011). Não obstante, tendo a sentença fixado como termo inicial data anterior, não há falar em sua alteração quando existente recurso apenas da parte autora, sob pena de reformatio

in pejus.

- "A regra do parágrafo único do artigo 950 do Código Civil, autorizando o pagamento de indenização em parcela única na hipótese da incapacidade permanente da vítima de lesões corporais, não se mostra compatível com a pensão por morte. Precedentes do STF e do STJ." (STJ, REsp 1354384/MT, rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, 3 Turma, j. em 18.12.2014).

(8) DANO MORAL. MORTE DO FILHO. ABALO PRESUMIDO. INDENIZAÇÃO DEVIDA. QUANTUM. PROPORCIONALIDADE. MANUTENÇÃO.

- É presumido o dano moral decorrente da morte do filho, que teve a vida ceifada quando tinha apenas 20 (vinte) anos de idade. Com isso, inafastável o dever de indenizar, o qual, contudo, deve ser arbitrado levando em consideração fatores ponderados e isonômicos, além de respeitar a proporção decorrente do reconhecimento da concorrência de causas.

RECURSO DA SEGURADORA. (9) LIDE SECUNDÁRIA. SUCUMBÊNCIA. EXCLUSÃO. IMPUGNAÇÃO À EXTENSÃO DA COBERTURA. RESISTÊNCIA VERIFICADA. DESACOLHIMENTO.

- Acertada a condenação da litisdenunciada aos ônus sucumbenciais se almejou a exclusão da responsabilidade securitária, ainda que parcialmente.

SENTENÇA MANTIDA. RECURSOS DESPROVIDOS." (e-STJ, fls. 881/883)

Nas razões do recurso especial, a parte agravante alega violação dos arts. 186, 398, 927 e 944 do Código Civil e divergência jurisprudencial, sustentando, em síntese, que (a) a indenização por danos morais fixada em R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil reais), para cada recorrente mostra-se irrisória e (b) no pensionamento, o termo *a quo* da incidência dos juros de mora e correção monetária deve ser a data do evento danoso.

É o relatório. Decido.

O Superior Tribunal de Justiça firmou orientação no sentido de que somente é admissível o exame do valor fixado a título de danos morais em hipóteses excepcionais, quando for verificada a exorbitância ou a irrisoriedade da importância arbitrada, em flagrante ofensa aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Nesse sentido: AgRg no REsp 971.113/SP, Quarta Turma, Rel. Min. **JOÃO OTÁVIO DE NORONHA**, DJe de 8/3/2010; AgRg no REsp 675.950/SC, Terceira Turma, Rel. Min. **SIDNEI BENETI**, DJe

de 3/11/2008; AgRg no Ag 1.065.600/MG, Terceira Turma, Rel. Min. **MASSAMI UYEDA**, DJe de 20/10/2008.

A respeito do tema, salientou o eminente Ministro **ALDIR PASSARINHO JUNIOR**: "*A intromissão do Superior Tribunal de Justiça na revisão do dano moral somente deve ocorrer em casos em que a razoabilidade for abandonada, denotando um valor indenizatório abusivo, a ponto de implicar enriquecimento indevido, ou irrisório, a ponto de tornar inócua a compensação pela ofensa efetivamente causada*" (REsp 879.460/AC, Quarta Turma, DJe de 26/4/2010).

No caso vertente, entende-se ser desarrazoado o *quantum* fixado pela instância ordinária, correspondente a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), sendo R\$ 25.000,00 (vinte e cinco mil) para cada um.

Considerando que o dano adveio da morte do filho dos autores, conforme se observa nos seguintes excertos:

"Cuida-se de pretensão indenizatória fundada em acidente de trânsito ocorrido em 22.2.2010, na rodovia BR 470, próximo ao Km 149,2, no qual os autores alegam ter suportado prejuízos de ordem material e moral, em razão do falecimento de seu filho Rogério Bittencourt Júnior." (e-STJ na fl. 891).

Dessa forma, impõe-se novo arbitramento do montante indenizatório, a fim de atender aos princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, evitando o indesejado enriquecimento sem causa do autor da ação indenizatória, sem, contudo, ignorar o caráter preventivo e pedagógico inerente ao instituto da responsabilidade civil.

Forte em tais razões e atento aos precedentes desta Corte, majoro a reparação moral para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil) para cada um dos autores, devendo ser acrescida de correção monetária a partir desta data (Súmula 362/STJ) e de juros moratórios a partir do evento danoso (Súmula 54/STJ)

Por sua vez, com relação aos juros moratórios e correção monetária sobre a pensão mensal, o Tribunal de origem determinou que sua incidência a partir do vencimento de cada prestação, *in verbis*:

"No tocante aos consectários sobre a pensão mensal arbitrada,

pretende a parte autora que a correção monetária e os juros de mora incidam a partir do evento danoso.

Pois bem.

A correção monetária constitui mera recomposição do valor da moeda deteriorado pelos efeitos inflacionários, sendo, portanto, mecanismo peio qual se busca compensar sua efetiva desvalorização e preservar o valor aquisitivo original, de modo a não constituir um plus, mas, sim, um minus que se evita, impedindo, por certo, ainda, o enriquecimento sem causa do devedor (art. 884 do Código Civil) (STJ, REsp n. 926.140/DF, rel. Min. Luiz Fux, j. em 1º.4.2008).

Quanto ao juros de mora, fluem a partir do evento danoso, por se tratar de responsabilidade extracontratual (conforme o enunciado n. 54 da Súmula do Superior Tribunal de Justiça).

Dessa forma, necessário que a correção monetária e os juros de mora incidam a partir do desembolso de cada parcela da pensão, a iniciar da data do falecimento da vítima (22.2.2010 - fl. 41), seguindo-se mês a mês. " (e-STJ, fls. 904/905)

Nesse ponto, a decisão está consonância com o entendimento deste Superior Tribunal de Justiça, que entende que os juros de mora, nos casos de responsabilidade extracontratual, incidem desde a data do evento danoso. Vejamos:

"RECURSO ESPECIAL. RESPONSABILIDADE CIVIL. DANOS MORAIS REFLEXOS. VERIFICAÇÃO DO QUANTUM INDENIZATÓRIO. VALORES MANTIDOS. PENSÃO FIXADA PELO TRIBUNAL DE ORIGEM AO MENOR. JUROS DE MORA. TERMO A QUO. JUROS CONTADOS A PARTIR DO VENCIMENTO MENSAL DE CADA PRESTAÇÃO. PARCELAS VINCENDAS. EXCLUÍDAS.

1. O princípio da integral reparação deve ser entendido como a exigência de conceder reparação plena àqueles legitimados a tanto pelo ordenamento jurídico. A norma prevista no art. 944, parágrafo único, do Código Civil de 2002 consubstancia a baliza para um juízo de ponderação pautado na proporcionalidade e na equidade, quando houver evidente desproporção entre a culpa e o dano causado.

2. O Tribunal de origem fixou danos morais reflexos ao primeiro autor - menor impúbere, filho e irmão das vítimas -, à segunda autora - mãe, sogra e avó dos falecidos - e aos dois últimos autores - ambos irmãos, cunhados e tios dos de cujus -, entregando a cada um, respectivamente, o valor de R\$ 140.000,00, R\$ 70.000,00 e R\$ 47.000 para os dois últimos, devendo tais valores serem mantidos diante das particularidades de cada demandante.

3. Enuncia a Súmula 54 do STJ: "Os juros moratórios fluem a

partir do evento danoso, em caso de responsabilidade extracontratual." 4. Da ratio decidendi refletida na Súmula 54, infere-se que a fixação do valor indenizatório - sobre o qual incidirá os juros de mora, a partir do evento danoso - corresponde a uma única prestação pecuniária.

5. No tocante ao pensionamento fixado pelo Tribunal de origem, por ser uma prestação de trato sucessivo, os juros moratórios não devem iniciar a partir do ato ilícito - por não ser uma quantia singular -, tampouco da citação - por não ser ilíquida -, mas devem ser contabilizados a partir do vencimento de cada prestação, que ocorre mensalmente.

6. Quanto às parcelas vincendas, não há razões para mantê-las na relação estabelecida com os juros de mora. Sem o perfazimento da dívida, não há como imputar ao devedor o estigma de inadimplente, tampouco o indébito da mora, notadamente se este for pontual no seu pagamento.

7. Recurso especial parcialmente provido para determinar o vencimento mensal da pensão como termo inicial dos juros de mora, excluindo, nesse caso, as parcelas vincendas."

(REsp 1270983/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 08/03/2016, DJe 05/04/2016)

Diante do exposto, nos termos do art. 253, parágrafo único, II, c, do RISTJ, conheço do agravo para dar parcial provimento ao recurso especial para majorar o valor da indenização por danos morais para R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), para cada um dos autores, acrescidos de correção monetária a partir desta data (Súmula 362/STJ) e de juros moratórios a partir do evento danoso. Mantidos os ônus sucumbenciais.

Publique-se.

Brasília (DF), 21 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO
Relator